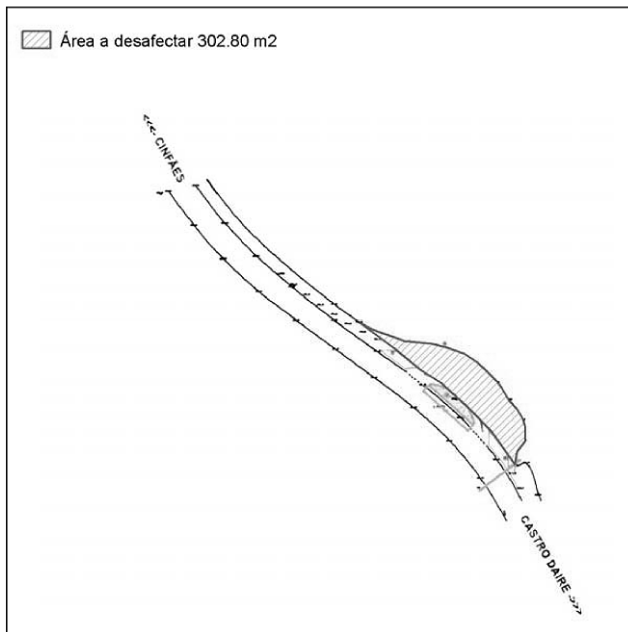


Mapa XIII



Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Despacho n.º 17 160/2007

A HELIÁVIA — Transporte Aéreo, L.^{da}, com sede na Rua Nova de São Mamede, 7, 2.º, direito, em Lisboa, é titular de uma licença de transporte aéreo que lhe foi concedida pelo despacho MHOPT n.º 23/83, de 29 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 10 de Maio de 1983, tendo a última alteração a esta licença sido efectuada pelo despacho n.º 13 659/2000, de 11 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 5 de Julho de 2000.

Tendo a referida empresa requerido uma alteração da licença e estando cumpridos todos os requisitos exigíveis para o efeito, determino, ao abrigo do disposto no Regulamento (CEE) n.º 2407/92, de 23 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 19/82, de 28 de Janeiro, no uso das competências estabelecidas na alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 145/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 82, de 27 de Abril de 2007, o seguinte:

É alterada a licença de transporte aéreo da empresa HELIÁVIA — Transporte Aéreo, L.^{da}, a qual passa a ter a seguinte redacção:

- Quanto ao tipo de exploração — transporte aéreo intracomunitário e não regular internacional de passageiros, carga e correio;
- Quanto à área geográfica — estrito cumprimento das áreas geográficas definidas no certificado de operador aéreo;
- Quanto ao equipamento:

Três aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 23 000 kg e capacidade de transporte até 18 passageiros;

Quatro aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 10 000 kg e capacidade de transporte até 20 passageiros;

- A presente licença será revista em Julho de 2012.

4 de Julho de 2007. — O Presidente, *Luís A. Fonseca de Almeida*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 17 161/2007

A Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, prevê a reestruturação da respectiva Secretaria-Geral, posteriormente concretizada através do Decreto Regulamentar n.º 63/2007, de 30 de Maio, e das Portarias n.ºs 632/2007 e 655/2007, ambas de 30 de Maio,

que fixam a estrutura nuclear e as competências das respectivas unidades orgânicas, bem como o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, se torna necessário proceder à nomeação dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau das unidades orgânicas criadas nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, de forma a garantir o normal funcionamento dos serviços e a rápida consolidação da estrutura aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à Secretaria-Geral;

Considerando que a licenciada Maria Ângela Nunes Alves possui os requisitos legais exigidos e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe da Divisão de Gestão Documental da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a licenciada Maria Ângela Nunes Alves, assessora principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, de acordo com o disposto nos artigos 7.º, n.º 1, alínea d), 20.º, n.º 1, 21.º, n.ºs 8, 9 e 10, e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto no artigo 5.º da Portaria n.º 632/2007, de 30 de Maio.

O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Junho de 2007.

6 de Junho de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese curricular

Nome — Maria Ângela Nunes Alves.

Naturalidade — Machico, Madeira.

Habilitações académicas:

Licenciada em História pela Universidade Clássica de Lisboa; Pós-graduação em Ciências da Educação.

Experiência profissional:

Técnica superior, de 1992 a 1995, no Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, de 1995 a 1996, no Gabinete de Apoio Técnico à Gestão do Serviço Sub-Regional de Lisboa daquele Centro Regional e, de 1996 a Janeiro de 2006, na Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;

Assessora principal, desde Fevereiro de 2006;

Enquanto técnica superior desenvolveu a sua actividade nas áreas da formação de pessoal, de apoio técnico à gestão e de recursos humanos.

Cargo dirigente — chefe de divisão de Arquivo Geral da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, desde Junho de 2000 até à presente data.

Outras experiências profissionais:

Formadora;

Consultora externa do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, actual Direcção-Geral dos Arquivos.

Despacho n.º 17 162/2007

A Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, prevê a reestruturação da respectiva Secretaria-Geral, posteriormente concretizada através do Decreto Regulamentar n.º 63/2007, de 30 de Maio, e das Portarias n.ºs 632/2007 e 655/2007, ambas de 30 de Maio, que fixam a estrutura nuclear e as competências das respectivas unidades orgânicas, bem como o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, se torna necessário proceder à nomeação dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau das unidades orgânicas criadas nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, de forma a garantir o normal funcionamento dos serviços e a rápida consolidação da estrutura aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à Secretaria-Geral;

Considerando que o licenciado Albano Alves Pires possui os requisitos legais exigidos e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe da Divisão de Apoio Logístico da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social o licenciado Albano Alves Pires, assessor principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, de acordo com

o disposto nos artigos 7.º, n.º 1, alínea *d*), 20.º, n.º 1, 21.º, n.ºs 8, 9 e 10, e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto no artigo 7.º da Portaria n.º 632/2007, de 30 de Maio.

O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Junho de 2007.

6 de Junho de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Síntese curricular

Albano Alves Pires nasceu em Abrantes em 9 de Novembro de 1954, é assessor principal e licenciado em Economia, com especialização em Planeamento Regional e Sectorial pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e tem formação no âmbito da contabilidade e finanças, dos fundos estruturais, da administração, controlo e gestão públicas e informática.

De 1967 a 1989, cumpriu o serviço militar obrigatório e exerceu diversas funções profissionais em vários sectores económicos e da iniciativa privada, onde foi, designadamente, coordenador de serviços de contabilidade, técnico de contas e adjunto de director financeiro.

Em 1989, ingressou na Direcção de Serviços de Programas e Projectos da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, onde teve à sua responsabilidade, designadamente, a apreciação e cálculo dos incentivos de projectos de investimento de diversos programas, em especial os apresentados no âmbito dos Sistemas de Incentivos de Base Regional (SIBR), do Potencial Endógeno (SIPE), Regionais (SIR) e do PRISMA. Elaborava os relatórios, preparava e participava nas reuniões de selecção dos projectos e de acompanhamento dos programas. Executava as funções de controlo financeiro dos mesmos e do Programa Nacional de Interesse Comunitário de Iniciativa à Actividade Produtiva (PNICIAP), do SIMC e do Programa da Modernização do Tecido Económico (POMTE). Participou nas reuniões das unidades de gestão dos subp. comércio, indústria (MV e SIN-FRAPEDIP) e pescas e na implementação da Iniciativa Comunitária PME e como representante da DGDR e do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, em reuniões de estabelecimento de critérios e normas diversas, de comissões de selecção de propostas do âmbito dos concursos públicos para realização de auditorias de sistema e técnico-financeiras a programas e em reuniões interministeriais da Comissão Europeia sobre Auxílios de Estado. Executava as funções de administrador ao nível da DGDR no SIDReg para o POMTE e o PPDR e de administrador ao nível da Unidade de Gestão do SIR. Orientou com a subdirectora-geral, durante o 2.º semestre de 1990, na DSPP, os serviços que mais tarde iriam responder à Direcção de Serviços de Apoio ao Investimento.

Em 1997, ingressou na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, onde exerceu funções de elaboração, de controlo e análise dos orçamentos de organismos do Ministério e em particular da SG. Elaborou cadernos de encargos, programas e anúncios de concursos e as contas de gerência da SG. Integrou grupos de trabalho e júris de concursos de pessoal e de aquisição de bens e serviços e, sempre nas suas ausências, substituiu a directora de serviços da DSAG. Por despachos dos secretários-gerais, foi-lhe delegada competência para autorizar a emissão de meios de pagamento, conforme o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

Em 1999, foi nomeado chefe de divisão de Aprovisionamento e Património, da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, funções que exerceu até à presente data. Esta Divisão incluía as Secções de Aprovisionamento, do Património e dos Assuntos Gerais. Participou em vários grupos de trabalho, estudos e comissões. Foi interlocutor da SG, designadamente para preparar metodologias de funcionamento do projecto para a criação do Centro de Serviços Partilhados, representante da DSGFP no projecto para a reorganização de procedimentos e circuitos dos serviços da SG, coordenador para a introdução do euro na Administração Pública, na área do aprovisionamento e património. Foi nomeado para as equipas de acompanhamento dos processos de gestão de aquisições de bens e serviços e de gestão de viaturas, da qualidade da SG, da segurança do edifício do MTSS e responsável técnico pela frota automóvel e do grupo de trabalho de implementação e operacionalização do Projecto Piloto das Compras Electrónicas do MSST. Deu formação aos utilizadores da SG sobre as compras electrónicas e a utilização da ferramenta «Comprar on-line».

É autor de alguns artigos jornalísticos, designadamente um de 1989, sobre escolhas de fontes de energias alternativas e de um estudo sobre a continuação dos apoios comunitários à indústria e ao ambiente, tendo em vista a eventual existência de um novo quadro comunitário de apoio (OCA II).

Inspeção-Geral do Trabalho

Aviso n.º 14 071/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontram afixadas as listas de antiguidade dos funcionários do quadro de pessoal do ex-IDICT, afectos à IGT, reportadas a 31 de Dezembro de 2004 -

Da organização das listas cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma legal.

29 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Aviso n.º 14 072/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontram afixadas as listas de antiguidade dos funcionários do quadro de pessoal do ex-IDICT, afectos à IGT, reportadas a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização das listas cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma legal.

29 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Despacho (extracto) n.º 17 163/2007

Por despachos de 8 de Maio de 2007 do presidente do conselho directivo do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e do inspector-geral do Trabalho, Artur Martins Portela e Carlos Alexandre Gancho Marques, técnicos de informática-adjuntos do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, afectos à Inspeção-Geral do Trabalho, e Luís Filipe Gouveia Roque, técnico de informática-adjunto do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, afecto ao Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Despacho (extracto) n.º 17 164/2007

Por despacho de 18 de Junho de 2007 do inspector-geral do Trabalho, foi Deolinda Cabrita Túlio Antunes, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, nomeada, precedendo concurso, na categoria de chefe de secção do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerada da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Despacho (extracto) n.º 17 165/2007

Por despacho de 21 de Junho de 2007 do inspector-geral do Trabalho, João Paulo Nogueira Estanislau, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, afecto ao Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, e Vilma Carlota Santos Lopes Aires, Isabel Maria Pereira Martins Ventura e Laurinda Fernandes Moital, técnicas profissionais de 1.ª classe do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, afectas à Inspeção-Geral do Trabalho, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.